



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Conselho Nacional de Previdência Social

**ATA**

**311ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
- CNPS -**

**Brasília/DF, 25 de março de 2025**

## ATA DA 311ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

**DATA:** 25 de março de 2025

**LOCAL:** MPS, Bloco F, 9º andar

### PRESENÇAS

<b>Representantes do Governo</b> MPS – Carlos Roberto Lupi MPS – Wolney Queiroz Maciel SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal INSS – Alessandro Antônio Stefanutto INSS – Vanderlei Barbosa dos Santos CONJUR/MPS – Felipe Cavalcante e Silva SRPC/MPS – Tito Calvo Jachelli SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto SRPC/MPS – Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca	<b>Representantes dos Trabalhadores em Atividade</b> FS – Odair Antonio Bortoloso UGT – Aparecido Alves Tenório CUT - Ari Aloraldo do Nascimento CTB – Rolando Medeiros
<b>Representantes dos Aposentados e Pensionistas</b> SINTAPI/CUT – Gerson Maia de Carvalho COBAP – Obede Muniz Teodoro SINDNAPI/FS – Tônia Andrea Inocentini Galleti	<b>Representantes dos Empregadores</b> CNF – Ivo Esteves Alonso Mósca CNC – Hélio Queiroz da Silva CNA – Jéssica Mercês Ferreira do Nascimento

<b>Ouvinte/Convidado</b>  Secretaria-Executiva – Jorge Luiz Viana Secretaria-Executiva – Vanessa Ribeiro Almeida Secretaria-Executiva – Pedro Henrique da Silva Lima Secretaria-Executiva – Osório Chalegre de Oliveira Secretaria-Executiva – Ricardo dos Santos Pereira Cerimonial – Cícero Laureano CGEET/DRGPS/SRGPS/MPS – Eduardo da Silva Pereira RDK – Eduardo dos Reis RDK – Tiago Almeida Marques ANEPS – Giovanna Perroni ANEC – Dester Ribeiro
---

SINDNAPI - Maria Antônia R. Magalhães

CNM – Antônio Mário Rattes

Imprensa-Reuters – Victor Borges

Ag. Estado – Giovanna Neves

Metrópoles – Flávia Said

Valor Econômico – Jéssica Sant’ana

ASCOM – Renata Brumano

ASCOM – Lucas Melise

ASCOM – Martha Imenes

CNF – Marcelo Silva

Poder 360 – Houldine Nascimento

XP/Infomoney – Bianca LimaFolha – Lucas Marchesini

DRGPS/SRGPS – Míriam Fernandes de Faria

CNN – Edna Queiroz

CBN – Igor Cardim

Gabinete do Ministro – Luiz Eduardo Gomes da Silva

Fecomércio/DF – Edmilson de Jesus Costa Filho

MPS – Bruno Ribeiro

MPS – João Cyrilo TV Globo - Thiago

SRTHRS - Marcos Fernandes

## I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Sr. Carlos Lupi** abriu a 311ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), agradecendo a presença de todos. Aprovou-se a ata da 310ª Reunião Ordinária do CNPS por unanimidade dos presentes.

## II – ORDEM DO DIA

Instado o primeiro ponto de pauta: Calendário das reuniões do CNPS para o ano de 2025. O Presidente comunicou que houve algumas alterações nas datas de realização das reuniões do CNPS para o ano de 2025, e submeteu à aprovação dos conselheiros(as), passando a seguir a composição: 311ª – 25 de março de 2025; 312ª – 30 de abril de 2025; 313ª – 27 de maio de 2025; 314ª – 24 de junho de 2025; 315ª – 29 de julho de 2025; 316ª – 26 de agosto de 2025; 317ª – 23 de setembro de 2025; 318ª – 28 de outubro de 2025; 319ª – 18 de novembro de 2025; 320ª – 11 de dezembro de 2025. Aberta a palavra, o **Sr. Rolando Medeiros** considerou que a data do dia 30 de abril, para realização da 312ª, não seria produtiva devido à véspera de feriado referente ao Dia do trabalhador (1º de maio). Em resposta, o **Sr. Carlos Roberto Lupi** sugeriu, então, que a referida reunião seja realizada no dia 28 de abril. Não havendo mais nenhuma consideração por parte dos conselheiros(as), o calendário foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, passou-se ao segundo item da pauta, onde o **Sr. Ivo Esteves Alonso Mósca** realizou a apresentação acerca do teto de juros – consignado INSS, referente ao mês de março de 2025. Pontuou que o motivo da apresentação se dá devido à reunião do Copom, a qual subiu a taxa de juros em um ponto percentual, o que acaba refletindo nas questões relacionadas aos custos de captação. Sendo assim, a intenção é mostrar à mesa, a fim de sensibilizá-los sobre a necessidade de realizar um aumento para conseguir suprir o público que, hoje, está carente da oferta pelo fato de a taxa de juros estar abaixo do necessário. Como reflexão, considerou que todas as vezes que se fala sobre a taxa de juros, devem ser pensados os prejuízos para os aposentados que atualmente já possuem o produto. Inferiu que, hoje, do público que não é atendido, metade ou mais da metade é negativado. Então, esse aposentado sequer tem acesso a outra linha de crédito. E, para aquele que é atendido por outras linhas de crédito, se não tem oferta desse produto, vai pagar taxas de 5%, 6%, 7%, 8%, devido ao último aumento da Selic. Sendo assim, reforçou que sua preocupação é garantir que se consiga atender o maior público possível, aquele cliente que tem o menor risco e que tem essa taxa atual. Após, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** apresentou informações acerca da evolução de empréstimos consignados em benefícios administrados pelo INSS (Previdenciários e Assistenciais). Aberta a palavra, o **Sr. Carlos Roberto Lupi** pontuou que, em tese, alguns dados apontam o endividamento, pois, após adquirir um empréstimo, a pessoa não consegue mais se desfazer desse tipo de dívida. Então, se é posto um prazo maior para pagamento, a tendência é de que alivie um pouco o peso dessa dívida ao aposentado. Considerou sobre a importância de não trazer qualquer dado, pois a decisão do Conselho afeta, hoje, mais de 16 milhões de brasileiros. Diante disso, é importante construir um debate franco e aberto, para saber o que vale a pena ser feito a partir das preocupações apresentadas. Seguidamente, o **Sr. Ivo Esteves Alonso Mósca** reforçou que, quando se olha a questão da margem livre, apesar de dizer que está estável, comparado aos dados da tabela, percebe-se que estão caindo. Porém, na potabilidade, observa-se uma queda drástica do apetite, isso porque ninguém queria trazer, com as taxas baixas, o crédito para dentro. Ponderou sobre a observância de um crescente refinanciamento, que é uma busca por tentativa de aumentar o prazo e diluir o prejuízo que as instituições estão tendo. Diante disso, informou que o pedido é sobre a necessidade de trazer o benefício do produto que está estruturado, com segurança, garantia e que dá o menor preço para o aposentado. O conselheiro apresentou a proposta das instituições financeiras, no sentido de promover o reajuste da taxa de juros dos empréstimos consignados para 1,99% e, para operações com cartão de crédito e cartão consignado de benefício, o reajuste para 2,95%. Adiante, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** esclareceu que, quando se fala sobre a queda nos números, como apresentado pelo Sr. Ivo Esteves Alonso Mósca, não é certo dizer que a taxa também está em queda, pois os números não apontam esse dado. Considerou, também, que não há, por parte do Conselho,

39 uma preocupação exacerbada de que os aposentados que não o utilizam entrem no consignado de forma desesperada. Os recursos  
40 estão sendo oferecidos e possui um nível de adesão onde, parece, que é o público que, hoje, precisa do consignado. Posteriormente,  
41 o **Sr. Carlos Roberto Lupi** mencionou estar impressionado com o percentual de 70% dos recebedores de benefício assistencial  
42 possuírem empréstimo consignado, pois quem tem menor renda, ou seja, os mais vulneráveis, apresentam o maior volume de  
43 empréstimos. Em seguida, o **Sr. Gerson Maia de Carvalho** sugeriu que, ao invés de aumentar a taxa, possa tentar manter os mesmos  
44 valores para trazer as pessoas para dentro do programa. Já o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** considerou que, com a inflação em torno  
45 de 5% e a Selic a 14,25%, não há espaço para elevar a taxa do consignado. Ato contínuo, o **Sr. Hélio Queiroz da Silva** considerou que  
46 não se deve ser radical quanto a essas tratativas, mesmo sabendo que existe uma razão de direito para proteger os aposentados,  
47 porém não se pode exagerar no sentido de aceitar uma proposta que seja totalmente incoerente com o pensamento do Conselho.  
48 Relata, ainda, entender a questão de o Governo não apresentar uma proposta de reajuste da taxa de juros do consignado, mas pondera  
49 que não deve haver intransigências por parte do Conselho e, em nome dos empregadores, os quais representa, propõe a discussão do  
50 aumento da taxa de juros do empréstimo consignado, dos atuais 1,80% para 1,85% e, seguindo a mesma regra, propõe o reajuste da  
51 taxa de juros das operações do cartão de crédito e cartão consignado de benefício, dos atuais 2,46 % para 2,74%. O **Sr. Ari Aloraldo**  
52 **do Nascimento** discorreu que o pensamento é discutir, na base social, o que pode ser feito para retirar as pessoas que estão  
53 endividadas, a fim de que voltem a ter 35% do vencimento em seu benefício. Após, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** fez uma  
54 crítica à apresentação do Sr. Ivo Esteves Alonso Mósca, pois todas as vezes que se fala sobre essa temática, são outros custos. Então,  
55 inferiu que o fundo da questão, do ponto de vista econômico, é ser viável a operação. Para que todos do Conselho possam avaliar os  
56 dados, é importante conhecer os custos, coisa que não é apresentada pelos responsáveis, ou seja, os bancos. Pondera que, sem esses  
57 custos, não é possível analisar a viabilidade do crédito, no sentido de avaliar que a atividade econômica esteja acima da proteção  
58 social. Seguidamente, o **Sr. Carlos Roberto Lupi** solicitou que fosse realizada uma pausa, por 10 minutos, para que os conselheiros(as)  
59 pudessem conversar e socializar sobre o assunto que estava sendo proposto, antes de iniciar a votação. Na volta, o Presidente  
60 informou acerca do endosso, pelo Governo, da proposta apresentada pelo conselheiro, Sr. Hélio Queiroz da Silva, e de colocar em  
61 votação a taxa de 1,85% e a proposta do Sr. Ivo Esteves Alonso Mósca, de 1,99% para reajuste da taxa de juros do consignado e  
62 discorreu sobre o entendimento de que não é viável, no momento, a alteração da taxa de juros das operações com cartão de crédito,  
63 de forma a mantê-la no patamar vigente. Diante disso, colocou em regime de votação pelo Conselho as duas propostas. Apresentaram  
64 voto favorável à proposta do conselheiro, Sr. Hélio Queiroz da Silva, os seguintes representantes: Sr. Rolando Medeiros; Sr. Obede  
65 Muniz Teodoro; Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti; Sr. Ari Aloraldo do Nascimento; Sr. Odair Antonio Bartoloso; Sr. Gerson Maia de  
66 Carvalho; Sr. Benedito Adalberto Brunca; Sr. Adroaldo da Cunha Portal; Sr. Alessandro Antônio Stefanutto; Sr. Paulo Roberto dos  
67 Santos Pinto; Sr. Felipe Cavalcante e Silva; Sra. Jéssica Mercês Ferreira do Nascimento; Hélio Queiroz da Silva e o Sr. Carlos Roberto  
68 Lupi. O Sr. Ivo Esteves Alonso Mósca votou pela proposta apresentada pelo sistema financeiro. Sendo assim, não havendo mais  
69 considerações, foi aprovada a proposta do conselheiro, Sr. Hélio Queiroz da Silva, pelo reajuste da taxa de juros em 1,85%. A **Sra.**  
70 **Tônia Andrea Inocentini Galleti** agradeceu o apoio dos conselheiros durante o tempo que exerceu suas funções no CNPS e fez um  
71 protesto no sentido de solicitar que o Conselho possa ter mais cadeiras destinadas às mulheres. Em resposta, o **Sr. Carlos Roberto**  
72 **Lupi** informou que trará, na próxima reunião, uma proposta formatada para apresentação e apreciação. Finalizou agradecendo a  
73 participação da referida conselheira no CNPS, pela presteza e eficácia no desenvolvimento do seu trabalho. Seguidamente, em relação  
74 aos próximos pontos de pauta: Apresentação do Anuário Estatístico de Acidente de Trabalho da Previdência Social - AEAT 2023 e sobre  
75 a Greve da Perícia Médica Federal, os conselheiros optaram por transferir as apresentações para a 312ª reunião do Conselho,  
76 colocando-os como primeiros pontos de pauta. Não havendo manifestações contrárias, a proposta foi aprovada.

77 **III – ENCERRAMENTO**

78 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Carlos Roberto Lupi** deu por encerrada a 311ª Reunião Ordinária do  
79 Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, eu, Jorge Luiz Reis Viana, Chefe  
80 de Projeto do CNPS, *lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, deverá ser assinada, eletronicamente, pelo Colegiado.*  
81 Brasília, 25 de março de 2025.